

ARTICULAÇÃO DE ATORES LOCAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTOS ORGÂNCOS DA AMAZÔNIA – COPOAM

Silvia Maia Olimpio

*Universidade da Amazônia
maiaolimpio@yahoo.com.br*

Magda Vronski

*Universidade Federal do Pará
magdaorganico@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo analisa como uma organização de atores locais, em torno de uma cadeia de valor do cacau orgânico, pode dinamizar o desenvolvimento local. A pesquisa é descritiva exploratória, e foi realizada na Cooperativa de Produtos Orgânicos da Amazônia (COPOAM), que é uma cooperativa de produtores de cacau da agricultura familiar localizados na região Transamazônica, Estado do Pará. Os resultados demonstram o nível de organização dos atores locais e uma experiência válida, que agrega ganhos indiretos e diretos aos pequenos produtores rurais, dando a oportunidade de inserção no mercado nacional e internacional, oferecendo uma nova filosofia de vida, pois a produção orgânica apresenta-se como um mercado mundial em expansão e um modelo potencial para dinamizar ações em prol do desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Local, Cooperativismo, Cacau, Produção Orgânica.

Eixo temático: Gestão de Empreendimentos Solidários, Cooperativas e Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Boisier (2008) ressalta que desenvolvimento local sempre começa em um lugar e é um caminho dependente que evolui ao longo do tempo e é sempre um processo endógeno, embora sua base material possa ser bastante exógena, mas sempre descentralizado, com dinâmicas de tipo capilar "de baixo para cima e do centro para fora". Onde os recursos locais são as principais fontes de trabalho e renda. Nesta perspectiva, as cooperativas como um tipo de organização social, representam um exemplo de iniciativas em prol do desenvolvimento local. Nessas organizações, as pessoas se reúnem ou se agrupam de maneira informal ou formal, em torno de um sistema que se baseia no trabalho e não no lucro. Tendo por objetivo a superação de dificuldades, a solução de problemas e a geração de benefícios comuns aos associados e suas comunidades.

As Cooperativas, conforme definições da lei nº 5.764/71, são sociedades de pessoas, instituídas para prestarem serviços aos associados, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício da atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. Cumprindo seu papel no desenvolvimento econômico e solidário tanto do produtor sócio como da comunidade, por necessitar de pelo menos 20 (vinte) cooperados para constituição de uma cooperativa singular.

De acordo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2016) o cooperativismo no Brasil apresenta em sua totalidade 6.655 cooperativas, divididas em distintos ramos de atuação que são; crédito, produção, serviço, agropecuário, saúde, entre outros. Estas atuam com 13,2 milhões de cooperados, contabilizando salários e benefícios no valor de R\$ 8 bilhões e empregos diretos 376.795. Suas exportações obtiveram um sado positivo de US\$6 bilhões, com participação de 98% do ramo agropecuário. No Estado do Pará, o cooperativismo teve início em 1912 com as cooperativas de educação. Em 1914, com o declínio da borracha, fora fundado a sociedade Cooperativa Anônima de Responsabilidade Ltda "A seringueira do Pará", primeira cooperativa agropecuária do estado de exploração vegetal. Atualmente o Estado possui 174 cooperativas registradas, com 4.822 funcionários e 65.881 cooperados. No ramo agropecuário são 49 cooperativas (OCB/PA, 2017).

O cooperativismo pode proporcionar aos produtores rurais uma perspectiva de melhora na qualidade de vida, pois os fundamentados da autogestão e transparência proporcionam o exercício da cidadania, pois os cooperados elegem uma direção para serem representados, além da livre participação nas decisões administrativas com igualdade de condições. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar a experiência de uma cooperativa de agricultores familiares de cacau orgânico, questionando - se de que forma esses atores organizados estão contribuindo para o processo de desenvolvimento local, no que tange ao seu empoderamento e sua articulação com atores locais na busca por melhores condições de trabalho e renda.

1 DESENVOLVIMETNO LOCAL

Desenvolvimento local pode ser interpretado, segundo Oliveira, como um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Neste sentido, o desenvolvimento local para Martins et al (2010), se apresenta com vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania, gerando condições de criação de um espaço de interação entre cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de análise, pois significa a fundamentação das potencialidades qualitativas e não apenas quantitativas da sociedade.

Espada e Vasconcelos (2015) ressaltam que o conceito de desenvolvimento local está associado à autonomia de uma determinada coletividade em tomar decisões com bases em suas crenças e prioridades. De acordo com Froehlich (1998) isto representa autonomia, que significa o exercício do direito das coletividades e a definição de suas preferências, meios e estratégias de desenvolvimento.

Vasconcellos & Vasconcellos (2009) entendem desenvolvimento local como uma nova estratégia de desenvolvimento, que introduz uma metodologia participativa, pela qual se mobilizam recursos da sociedade civil em parceria com o Estado, para a realização de estudos sobre comunidades locais, identificação de potencialidades, prioridades e elaboração de planos integrados de desenvolvimento territorial. Tal exercício efetivo de participação requer que as particularidades dos atores institucionais em jogo prevaleçam. Para estes autores não basta que a lei assegure certos direitos, o fundamental é que os indivíduos possuam as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.

Em uma abordagem sobre capacitação e participação os autores Vasconcellos & Vasconcellos (2009) enfatizam a importante relação entre território e desenvolvimento, quando se considera as relações sociais, políticas, econômicas e institucionais em um determinado espaço de ação e de interações entres determinados atores com o ambiente. Neste contexto, quando uma coletividade compartilha interesses comuns e se relaciona de forma sinérgica para alcançar os mesmos objetivos, sendo estes entendidos como objetivos que culminem no bem-estar e na qualidade de vida, o desenvolvimento local passa a ser resultado de um processo de cooperação e de mudanças para se alcançar resultados positivos e coletivos. Já Bezerra e Schlindwein (2017) enaltecem o

desenvolvimento local baseado nos agentes locais, relacionando a iniciativas inovadoras da coletividade, encadeando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto que os envolve.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa foi o estudo de caso, decorrente dos parâmetros da pesquisa qualitativa, de cunho descritivo exploratório (BEUREN, 2006). A pesquisa qualitativa tem como ferramenta principal o ambiente natural do evento, como fonte de elementos para a projeção da pesquisa.

Iniciou-se com um levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos de desenvolvimento local. Posteriormente foram feitas várias visitas, entrevistas informais, participação em uma assembleia ordinária. A escolha do objeto de pesquisa deveu-se à disponibilidade de informações e do histórico da cooperativa na região.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COPOAM faz parte de um Programa de Produção Orgânica Transamazônica Xingu, também conhecido como programa de Cacau Orgânico, executado pela Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) direcionados à agricultores familiares. Tal programa iniciou-se em 2005 no intuito de desenvolver métodos integrados para estabelecer bases de sustentabilidade da agricultura familiar da região a partir da articulação de atores. Com isso em 2007 a FVPP integrou a esse programa, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura de Cacau (CEPLAC) e o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst - DED). Para a execução da; certificação orgânica e comércio justo, promoção da qualidade e do desenvolvimento do cooperativismo na agricultura familiar. Além de vendas coletivas e diretas, formação e oferta de preços diferenciados, realização de parcerias de longo prazo com os compradores e incentivo à produção e comercialização de produtos de origem (FVPP, 2011). Atualmente seis cooperativas de agricultores familiares fazem parte do Programa de Produção Orgânica distribuída em 400 (quatrocentos) quilômetros no eixo da Transamazônica, englobando os municípios de Pacajá, Anapú, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará.

O início das discussões para a criação da Cooperativa em Medicilândia ocorreu em meados do ano de 2005 com o apoio Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst - DED). Posteriormente fora fundada a COPOAM, que é uma das cooperativas de produtores rurais do programa, fundada em 02 de março de 2006, com sede na Rodovia Transamazônica S/N Km 100 Norte, a 10 quilômetros de Medicilândia¹, na Região Sudeste do Estado do Pará. Com o quadro inicial de 20 sócios e 17 propriedades, uma área de 701,4 hectares de cacau, e conta atualmente com 26 sócios e 18 propriedades, com uma área de 436,1 hectares de cacau certificado. Dada à fundação dessa cooperativa, se observa que Froehlich (1998) destaca como identidade local ou lógica comunitária, a qual assentam-se as relações vicinais e familiares circunscritas a um dado território, essas se tornam mais importantes que as de caráter nacional e mundial, posto que os laços familiares prevalecem na organização.

Dentro do Programa de produção orgânica da Transamazônica e Xingu, a COPOAM é a cooperativa que possui a maior área total. Contabilizando 1313,1 hectares certificados como orgânicos e mercado justo, cuja produção é de 317,62 toneladas de cacau. Com relação à área plantada, as propriedades são bastante heterogêneas; existem 4 produtores com grandes áreas plantadas entre 60 a 100 ha, 4 médios produtores de 20 a 59 ha e 10 pequenas propriedades menos de

¹ O município de Medicilândia, localizada as margens da Rodovia Transamazônica é hoje o maior produtor de cacau do Brasil, detentora do título de Capital Nacional do Cacau, essa produção em sua maioria é realizada por agricultores familiares.

20 ha. As propriedades estão dispersas ao longo da Rodovia Transamazônica e em algumas vicinais do município de Medicilândia, tendo como tempo médio de ocupação da terra 25 anos, pois estes agricultores vieram por ocasião da abertura da Rodovia.

A COPOAM tem por foco a comercialização e produção de cacau orgânico, visando à estimulação das potencialidades socioambientais, socioculturais e recursos da região. Suas ações são pautadas na solidificação do modelo de produção orgânica em consonância com os preceitos de sustentabilidade tanto social, econômica quanto ambiental, produzindo efeitos de forma continuada e reduzindo as desigualdades socioeconômicas, através da agregação de valor permitida por este modelo de produção certificada orgânica. Esse modelo tem garantido o fomento de práticas incluídas e o uso sustentável dos recursos naturais, uma vez que a certificação orgânica visa o equilíbrio com o meio ambiente, protegendo assim o bioma amazônico. Para a comunidade local isso representa uma iniciativa inovadora e mobilizadora, a qual Bezerra e Schindwein (2017), enaltece como as potencialidades locais, o que demonstra que o desenvolvimento local é extremamente dependente da capacidade dos atores locais de serem os responsáveis pelas mudanças no ambiente em que vivem.

Os cooperados participam na definição das diretrizes, estratégias, projetos e atividades da COPOAM. As atas e registros são feitas pelo diretor secretário da cooperativa, sendo impressos e arquivados juntamente com o livro de presença das reuniões e assembleias. Porém, a cooperativa não possui sede própria, tendo suas reuniões junto a Casa Familiar Rural de Medicilândia. Em seu estatuto consta que 30% dos órgãos de administração devem ser mulheres. As mulheres compõem uma ampla parte da força de trabalho empregada na agricultura, dentre isso o cooperativismo, quanto estratégia de desenvolvimento rural, e um aliado na inclusão das mulheres nos ambientes de decisões e poder, por ter como princípio valores a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade (LEAL; COTRIM, 2013).

Os princípios que fundamentam a cooperativa são; a não discriminação de raça; a valorização da questão de gênero; religião; naturalidade ou posição política na seleção e contratação de trabalhadores. Além de não empregar mão de obra infantil nas atividades agrícolas. Trabalhadores somente na faixa etária permitida, com carteira de trabalho registrada ou contrato de safra, assegurando o piso salarial. A unidade também treina seus trabalhadores e fornece equipamentos para o manejo adequado e seguro de máquinas e equipamentos envolvidos nas atividades produtivas.

Em geral, os sócios da COPOAM se comprometem em respeitar a Legislação Ambiental Brasileira e as normas da agricultura orgânica em vigor, juntamente com os princípios de mercado justo além de constar o respeito à legislação ambiental no estatuto ainda consta no manual do SCI da cooperativa. Nesse processo de gestão, os cooperados realizam em seu cotidiano uma participação democrática direta e promovem uma nova forma de sociabilidade, bem como produzem uma *práxis* pedagógica que contribui para a formação dos adultos e jovens. A média de participação dos jovens ainda é relativamente baixa, em média de 12 jovens entre filhos de sócios, filhos de parceiros agrícolas e comunidade. A cooperativa conta também com o apoio da equipe técnica responsável pela certificação e pelo sistema de controle interno que executa o acompanhamento e a divulgação das inspeções internas nas cooperativas.

A certificação é coletiva, agregando as outras cinco cooperativas envolvidas no programa de produção orgânica. O acompanhamento ocorre durante as inspeções onde um técnico acompanha os inspetores da certificadora. Após as inspeções internas e externas são feitas a socialização de resultados das inspeções em assembleia na cooperativa. O Certificado de orgânico é emitido pela IMO-Control (Instituto de Mercado Ecológico) que é uma empresa que trabalha desde o início de setembro de 2001 no Brasil. Com sede em São Paulo. Esta empresa se dedica exclusivamente aos serviços de inspeção e certificação de sistemas de controle de qualidade ambiental e social, com ênfase para a agricultura orgânica (Planeta Orgânico, 2016). Até o ano de 2014, a IMO emitia o

certificado de Mercados Justo o FAIR FOR LIFE², porém no ano de 2015 houve mudanças, pois o mercado internacional passou a exigir a certificação FAIR TRADE³ emitido pela certificadora FLO de mercado justo. Atualmente a Cooperativa detém o certificado de orgânico para o Mercado Brasileiro, Europeu e dos Estados Unidos. Para o processo de certificação a cooperativa trabalha sete ferramentas metodológicas de controle interno, que são; ficha de cadastro da propriedade, relatório de inspeção, processo de rastreabilidade da produção, planejamento anual, CLGI (Comitê local de gestão interna) e o CCGI (Comitê Centra de Gestão Interna) e o Sistema Interno de Controle (SCI) que contribuem para a consolidação do movimento cooperativo. A produção orgânica agrega valor na produção e na melhoria da qualidade de vida do produtor, pois este estará protegido dos riscos da utilização de defensivos químicos, e será um defensor da natureza e mantenedor da sustentabilidade para as gerações futuras. Isso representa uma experiência em plena região de fronteira agrícola amazônica.

A cooperativa comercializa grande parte de sua produção para as seguintes empresas; Natura, Barry-Callebaut, HARALD e ZOTTER Chocolates na Áustria. Essa comercialização demonstra a tese que Muls (2008) quis introduzir nas teorias de desenvolvimento tradicionais. Tal autor defende que o desenvolvimento é algo mais do que o papel das instituições nas distintas trajetórias de crescimento dos diferentes territórios ou regiões. Ao endogeneizar o papel do território, explica o autor, cada grupo de instituições ou organismos locais passam a ser responsáveis pelas trajetórias de crescimento, na medida em que cada arranjo seja bem sucedido, específico ao território, é um produto do seu próprio contexto e é o resultado de sua própria construção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura deste sistema cooperativista, verificou-se, o comprometimento e a participação da maioria dos cooperados, os quais compartilham objetivos comuns, metas e resultados visando o bem do coletivo. Validando que os atores locais de forma articulada podem ter autonomia nas ações do seu desenvolvimento, internalizando conhecimento e informações externas. A experiência da COPOAM em 11 anos de atuação no mercado, evidência um exemplo promissor de gestão em cooperativismo na região Amazônica. A experiência de constituir uma cooperativa com alicerce no fortalecimento das relações sociais entre os cooperados, a valorização da igualdade e transparência, juntamente com atividade da produção orgânica cacaueteira na região, com base na agricultura familiar, representa uma história de sucesso.

A experiência é válida e agrega ganhos indiretos e diretos aos pequenos produtores rurais, dando a oportunidade de inserção ao mercado nacional e internacional, oferecendo a uma nova filosofia de vida, pois a produção orgânica apresenta-se como um mercado mundial em expansão e um modelo potencial para dinamizar ações em prol do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; AREND, Silvio Cezar; ESTIVALETE, Vania de Fatima Barros. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e

² Feira de Certificação Social Life & Fair Trade assegura que os direitos humanos sejam protegidos em qualquer fase da produção, os trabalhadores gozam de boas e justas condições de trabalho e os pequenos agricultores recebem uma parte equitativa. O comércio justo melhora o sustento de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores, fornecendo os meios para projetos comunitários sociais e capacitação das pessoas.

³ Quando um produto carrega o FAIRTRADE Mark significa que os produtores e comerciantes reuniram-se Fairtrade Standards. Os Critérios Fairtrade são projetados para corrigir o desequilíbrio de poder nas relações comerciais, mercados instáveis e as injustiças do comércio convencional.

Sociologia Rural. Revista Sober vol 52 nº 1 Brasília Jan/Mar 2014.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed., atual. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

BEZERRA, Gleicy.; SCHLINDWEIN, Madadela. M. **Agricultura Familiar como geração de renda e desenvolvimento local: análise para Dourados, MS, Brasil**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.

BOISIER, S.; CANZANELLI, G. Globalization and Local Development. Universitas Forum, v1. N1.2008.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. BRASIL. Ministério da Agricultura. SUEPA - Superintendência do Desenvolvimento das Regiões Cacaueiras no Estado do Pará. Centro de Pesquisa do Cacau. **Relatório anual da previsão de safra no estado do Pará – 2015**. Pará, 2015.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. **Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão**. Revista Katálysis, v. 11, n.1, p.116-122, 2008.

ESPADA, Ana; VASCONCELLOS, Mário. **Manejo Comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia**. Administração Pública e Gestão Social. 2015.

ESTIVAL, Santana Gomes Katianny et al. **Diagnóstico de gestão das cooperativas de produtores que participam do Programa Cacau Orgânico na Região Transamazônica do Pará no Brasil**, 2015, Ilhéus, Bahia.

FRANZ, C. M. e AZAMBUJA, F. M. de. **A Contribuição do Cooperativismo de Crédito para a Eficiência Econômica e Eficácia Social**. Disponível em: <
http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/cristiane.pdf>. Acesso em: 13 fev 2015.

FROEHLICH, José M. **O Local na Atribuição de Sentido do Desenvolvimento**. Revista paranaense de desenvolvimento. N.98, 1998.

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In Revista de Administração de Empresa, v.35, n.2, Mar/Abr. 1995.

GONÇALVES, J. **Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário**. XLIII Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. CD Rom. Ribeirão Preto, 2005.

LEAL, A. R., COTRIM, D. **A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT**. Rio Grande do Sul, 2013.

LEITE, J. S. **Princípios Cooperativos, 2010**.

LEMOS, L. R.; TORTATO, U. **Canais de distribuição e vantagem competitiva sustentável: uma análise baseada em recursos da firma**. REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 121-132, maio/ago. 2009

MORAIS, Edson Elias et al. **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

MARSCHALL, C. R. **Motivações para o cooperativismo na pequena propriedade.** o&s - Salvador, v.16 - n.49, p. 287-306 - Abril/Junho – 2009.

MARTINS, Rafael; VAZ, José; CALDAS, Eduardo. **A Gestão do Desenvolvimento Local no Brasil: (des) articulação de atores, instrumento e território.** RAP –Revista de Administração Pública. Maio/Jun, 2010.

MULS, Leonardo; **Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais.** Economia, Brasília, 2008.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Cooperativismo: OCB 2016. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/.asp.asp>. Acesso em: 13 fev 2016.

OCB-PA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – PARÁ. OCB/PA 2017. Disponível em: <http://www.ocbpa.belemvirtual.com.br/pagina.php?cat=165>. Acesso em: 06 julh 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer Desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PORTER, M.E; KRAMER, M.R. **Creating shared value.** Harvard Business Review, Jan-Feb, 2011. Disponível em português em: <http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valorcompartilhado>. Acessado em Fevereiro de 2016.

REISDORFER, V. K.; **Introdução ao cooperativismo:** Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae.io:-inclus%C3%A3o-com-responsabilidade>. Acesso em: 13 fev. 2016.

SERIGATI, Felipe (et al). **Comprometimento, características da cooperativa e desempenho financeiro: uma análise em painel com as cooperativas agrícolas paulistas.** Revista de Administração. São Paulo, vol48, n.2, 2013.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária: **Avanços, Desafios e Perspectivas.** Diálogo, In: Congresso Luso Afro Brasileiro De Ciências Sociais, 2011.

SOUSA, Diego Neves de; AMODE, Nora Beatriz Presno; MACEDO Alex dos Santos; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. **A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados.** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 no.3 Brasília Jul/Set. 2014.

SOUZA, M. T. S.; PAULA, M. B.; SOUZA-PINTO, H. (2012) **O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, Vol. 52, n.2, mar/abr. 2012, 246-262.

TAPIA, Jorge R. B. **Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2005.

VASCONCELLOS, Mário; VASCONCELLOS, Ana M. de A. **Participação e Desenvolvimento Territorial: reflexões a partir do Programa Proambiente.** In: Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas. Belém: NUMA/UFP, 2009.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. **Partnership, empowerment and local development.** Interações. v.10 n.2, 2009.